



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO-

Agravo de Instrumento nº 272715-9 – Comarca de Arcoverde

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Izaac Oliveira de Menezes Júnior

Agravado: Allan de Góis Silva

Procurador de Justiça: Roberto Burlamaque C. Sobrinho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS. MULTA PUNITIVA DE 200%. CARÁTER CONFISCATÓRIO RECONHECIDO NOS TERMOS DO ART. 150, IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REDUÇÃO DA MULTA PARA 30%. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DESTES ÍNDICE EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS.

1 – O Poder Público, sobretudo em matéria de tributação não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental encontra-se necessariamente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais. Neste contexto, a multa de 200% extravasa o campo da mera multa para alcançar o pertinente ao do confisco em afronta ao disposto no art. 150, IV da Constituição Federal.

2- É adequada a via da Exceção de Pré-Executividade para discutir a redução da multa moratória, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça

3 – Agravo de Instrumento improvido por maioria de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 272715-9, figurando como Agravante o Estado de Pernambuco e Agravado Allan de Góis Silva.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 21/03/2013, por

05 AC 272715-9

Praça da República, s/n, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 – Fone: (081) 3419-3201.

95
10



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO-

maioria, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, conforme relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 26/03/2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator designado para a lavratura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0272715-9

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Allan de Góis Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **agravo de instrumento** interposto em face da seguinte decisão, prolatada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde, nos autos da **Execução Fiscal** NPU 0003581-14.2011.8.17.0220:

“O ESTADO DE PERNAMBUCO, devidamente qualificado nos autos, por meio de advogado legalmente constituído, ingressou com a presente Ação de Execução Fiscal em face de ALAN DE GÓIS SILVA, satisfatoriamente qualificado nos autos, aduzindo os motivos expostos na exordial de fls. 02. (...) Regularmente citado, o executado apresentou exceção de pré-executividade às fls. 12/23, alegando, a necessidade de redução da multa inserida no crédito tributário por ter efeito de confisco, já que foi fixada em 200% sobre o valor do crédito, contrariando o artigo 150, IV, da CF/88. (...)”

Relatado, decido.

Requer o executado, ora excipiente, que seja determinada a redução da multa imposta sobre o débito tributário para 30% sobre o valor do crédito tributário principal, retirando dessa forma a multa confiscatória de 200%. O exequente, ora excipiendo, por sua vez, aduz que o art. 150, IV, da CF/88 não se aplica aos acessórios aplicados pelo não recolhimento do tributo na época devida. Alega ainda que a multa tem o efeito de dissuadir a prática de atos ilícitos, sendo assim, deve a mesma ser elevada o suficiente a fim de forçar o devedor ao cumprimento da obrigação principal, que consiste justamente no pagamento do tributo na data aprazada.

Concernente a aplicação da multa com efeito confiscatório como aduz o requerente, verificando detidamente o documento de fls. 03, constato que tal documento consigna expressamente o percentual de 200% aplicado a título de multa.

Vislumbro ainda que o valor do débito principal é de R\$ 270.065,60, enquanto que a multa é de R\$ 540.131,23 (fls. 05), apresentando-se assim a aplicação de multa moratória de mais de 100% do valor principal, o que é vedado por lei.

Sobre o tema, o STF já se pronunciou no sentido de que a multa entre 20% ou 30% do valor da dívida fiscal não é considerada ilegal nem desarrazoada, no entanto, uma vez ultrapassado esse limite se torna abusiva por caracterizar o efeito de confisco (...).

(...) Isso posto, com fundamento no art. 151, inciso IV, do CTN e, consoante entendimento jurisprudencial atinente à espécie, DEFIRO a exceção de pré-executividade formulada pelo Executado, ora excipiente, para reduzir a multa cobrada para o percentual de 30% sobre o valor do imposto devido. Devendo a execução seguir seus ulteriores termos, após o exequente apresentar o valor do débito observando-se o presente decisum. (...)” Fls. 55/57.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Inconformado, o Estado agravante alega, preliminarmente, a impossibilidade (i) de discutir-se, em sede de exceção de pré-executividade, acerca de suposto caráter confiscatório de multa tributária e (ii) de reduzir-se a multa incidente sobre o crédito decorrente do Processo Administrativo nº 20100000063690064 (CDA nº 4158/11-3), em razão de decisão proferida por este Tribunal nos autos do Agravo de Instrumento nº 0258855-6, tirado da Ação Ordinária NPU 0003249-47.2011.8.17.0220.

No mérito, sustenta a inexistência, *in casu*, de violação ao princípio do não confisco e, ao final, pede o provimento do recurso.

Sem contrarrazões.

A douta Procuradoria de Justiça absteve-se de intervir no feito (fls. 84/85).

É o relatório.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 08 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



97
R

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 272715-9 – Comarca de Arcoverde

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Izaac Oliveira de Menezes Júnior

Agravado: Allan de Góis Silva

Procurador de Justiça: Roberto Burlamaque C. Sobrinho

VOTO

Como já devidamente relatado, o cerne da presente demanda consiste na verificação da razoabilidade da cobrança de multa moratória no percentual de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do ICMS exigido, bem ainda quanto à possibilidade de redução deste índice em sede de Exceção de Pré- Executividade.

Com efeito, compartilho do entendimento lançado pelo magistrado de primeiro grau, no sentido de que o princípio da vedação ao confisco, inserto no art. 150, IV da Constituição Federal também deve ser aplicado às multas tributárias, conforme orientam precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Quanto à possibilidade de se discutir a redução da multa moratória em sede de Exceção de Pré-Executividade, tenho que a via é adequada, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FALÊNCIA. EXCLUSÃO DA MULTA MORATÓRIA. IMPUGNAÇÃO MEDIANTE EXCEÇÃO DE PRÉ - EXECUTIVIDADE. POSSIBILIDADE. 1. Não há como acolher o pleito recursal, na medida em que a tese desenvolvida - exclusão de juros e multa moratória da massa falida não pode ser objeto de exceção de pré-executividade - encontra-se em dissonância com o posicionamento moderno do STJ sobre a questão. 2. A Primeira Seção desta Corte, por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 949.319/MG, da relatoria do eminente Ministro Luiz Fux, firmou posicionamento no sentido que "A aplicação de multa e juros em processo falimentar, por versar matéria essencialmente de direito que diz respeito à própria liquidez e certeza do título é passível de ser argüida em sede de exceção de pré-executividade". 3. Acórdão da instância a quo que julgou cabível a arguição em incidente de pré-executividade visando excluir a multa moratória, para "as questões de direito e de fato que podem ser

05 - AI 272715-9

Praça da República, s/n Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201





98
①

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

comprovadas sem dilação probatória". 4. Agravo regimental não-provido. (AgRg no/REsp 879514 / MG; SEGUNDA TURMA; Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES; DJe 10/11/2008).

Diante do exposto, voto pelo improvimento do Agravo de Instrumento, tendo por razoável a multa moratória no montante de 30% sobre o valor do débito, conforme fixado na decisão recorrida.

É como voto.

Recife, 21/03/2013

José Ivo de Paula Guimarães
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0272715-9

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Allan de Góis Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, assinalo que, neste caso concreto, a legitimidade, ou não (em virtude do suposto caráter confiscatório), da multa tributária exigida do contribuinte executado corporifica, segundo me parece, questão passível de ser suscitada em sede de exceção de pré-executividade, seja por se tratar de matéria cuja apreciação independe de dilação probatória, seja para evitar a consumação de constrições eventualmente ilegítimas/desnecessárias ao patrimônio da parte interessada.

Afasto, portanto, a primeira preliminar apresentada pela parte agravante.

Prosseguindo, revela-se prejudicado o argumento recursal segundo o qual – por força de decisão proferida por este Tribunal nos autos do Agravo nº 0258855-6 (tirado da Ação Ordinária NPU 0003249-47.2011.8.17.0220) – seria impossível ao Juízo de primeiro grau reduzir a multa incidente sobre o crédito decorrente do Processo Administrativo nº 20100000063690064 (CDA nº 4158/11-3).

De fato, consultando a página de acompanhamento processual mantida por este TJPE na *internet*, observa-se que o magistrado de piso houve por bem exercer, parcialmente, o juízo de retratação em relação à decisão objeto deste agravo, fazendo-o nos seguintes termos:

“(…) Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 71 feito pelo Exequente, que manteve a decisão interlocutória de fls. 38/40, já objeto de agravo de instrumento. Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

Relatado, decido.

Revisitando a questão, vislumbro que a presente execução fiscal engloba a dívida ativa de dois procedimentos administrativos, quais sejam: o crédito decorrente do PA nº 201000000163690067 (CDA-4158/11-3) e o crédito decorrente do PA nº 201000000161082539 (CDA 4147-11/1).

De fato, nos autos da ação ordinária 3249-47.2011, discutiu-se sobre a primeira CDA, tendo a 2ª instância decidido sobre a revogação da decisão que, diminuiu a multa de 200% para 30%.

Logo, no tocante a referida CDA já há decisão preclusiva da Superior Instância.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Posto isso, em juízo de retratação previsto no art. 522, §2º, do CPC, MANTENHO A DECISÃO DE FLS. 38/40, apenas em relação ao crédito decorrente do PA nº 201000000161082539 (CDA 4147-11/1). (...)"

Diante desse cenário, remanesce controvertida neste agravo apenas a legitimidade da multa tributária aplicada no percentual de 200%, incidente sobre o crédito objeto da CDA nº 4147/11-1, cujo valor total alcança o montante de R\$ 10.479,79 (valor atualizado em 14/09/2011, cf. fl. 18).

Pois bem. No tocante à discussão de fundo, tenho sustentado o entendimento de que a redução do percentual de multas tributárias, à luz do princípio da proporcionalidade, conquanto possível em tese, é sempre **excepcional e condicionada à demonstração concreta** da falta de correlação, dentro da lógica do razoável, entre o conteúdo da pena (inclusive o pecuniário) e a gravidade da infração cometida.

Isto especialmente em se tratando de multas tributárias de **caráter penal** (senso estrito), em comparação com as multas meramente **moratórias**.

Vale a pena invocar, no tocante à distinção entre essas espécies de multa, o ensinamento de Zelmo Denari e Paulo José da Costa Jr. (*in* "Infrações Tributárias e Delitos Fiscais", Ed. Saraiva, p. 24):

"(...) as multas de mora – derivadas do inadimplemento puro e simples de obrigação tributária regularmente constituída – são sanções inconfundíveis com as multas por infração. Estas são cominadas pelos agentes administrativos e constituídas pela Administração Pública em decorrência da violação de leis reguladoras da conduta fiscal, ao passo em que aquelas são aplicadas em razão da violação do direito subjetivo de crédito. (...)

Como é intuitivo, a estrutura formal de cada uma dessas sanções é diferente, pois, enquanto as multas por infração são infligidas com caráter intimidativo, as multas de mora são aplicadas com caráter indenizatório. De uma maneira mais sintética, Kelsen refere que, ao passo que o Direito Penal busca intimidar, o Direito Civil quer ressarcir.

A consequência mais evidente dessa diversidade de estruturação formal se manifesta no momento de cominação da sanção: as multas por infração só podem ser aplicadas mediante prévio procedimento constitutivo, cujo ponto de partida, nos mais das vezes, é a lavratura do auto de infração. E a tipificação da respectiva infração atua como pré-requisito para cominação da penalidade. Por sua vez, as multas de mora, derivadas do inadimplemento, estão previstas na legislação tributária e, assim sendo, não dependem de constituição, sendo aplicadas pela fiscalização *ex vi legis*."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, as multas moratórias têm funcionalidade idêntica tanto nos impostos lançados de ofício quanto nos impostos baseados em lançamentos por homologação, qual seja a de reprimir a *mera impontualidade* no pagamento do crédito (pelo que as multas moratórias são naturalmente fixadas em percentuais muito menores do que as multas de caráter penal, senso estrito).

Todavia, no caso dos tributos lançados pelo próprio contribuinte, o objetivo básico da multa penal não é o de reprimir o inadimplemento, *mas sim o de assegurar o próprio lançamento* (correto).

Em sede de ICMS, **essa distinção** (entre as multas moratórias e penais) é **absolutamente essencial**, visto tratar-se de tributo que, de regra, é lançado pelo **próprio contribuinte** (via auto-lançamento ou, em outras palavras, via lançamento sujeito à posterior homologação fiscal).

Nessa espécie tributária, toda a estrutura das penalidades (multas) imputadas às diversas infrações tributárias tem a sua lógica direcionada a compelir o contribuinte a ser exato e fidedigno na documentação e escrituração de suas operações comerciais, pois que, em regra, é exatamente com base nesses dados do próprio contribuinte que a autoridade fazendária exerce a maior parte (e a parte principal) de sua atividade fiscalizatória.

Dai porque as penas (multas) são tão mais gravosas quanto mais as infrações cometidas sejam tendentes a omitir a prática de operações tributáveis.

Note-se, por pertinente, que a alíquota-padrão do ICMS, de 17%, é alta o suficiente para gerar rapidamente passivos tributários significativos e – o que é pior – para desequilibrar o regime de concorrência (na medida em o contribuinte “regular” não tem a menor condição de concorrer com o comerciante que não se submete à tributação).

Nesse contexto, as multas de caráter penal (senso estrito) têm, mesmo, que ser suficientemente “pesadas” para desestimular o comerciante a não escriturar corretamente as operações que realiza.

Deveras, se não houver o auto-lançamento correto, fluirá o prazo decadencial (de 05 anos) para o lançamento de ofício, contado da data do fato gerador. Findo este prazo sem que o fisco lance o tributo, este não mais poderá ser cobrado.



103
①

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ou seja, a pena pecuniária (multa), derivada de cometimento de infração tributária, tem que ser suficientemente alta para tornar desinteressante para o contribuinte, do ponto de vista econômico-financeiro, o risco de não declarar a ocorrência de operação tributável.

Se assim não for, é óbvio que os contribuintes tenderão a descumprir as suas obrigações tributárias.

Tanto que, em perspectiva histórica, impende consignar que a onerosidade das penas pecuniárias em tempo algum foram só por si suficientes para gerar uma cultura de respeito às leis tributárias, razão pela qual algumas práticas, mais graves, passaram a constituir **ilícitos penais (crimes)**.

Ressalte-se, ainda, que os precedentes do Supremo Tribunal Federal, via de regra referidos em discussões do gênero, dizem respeito à redução, pela via jurisdicional, à luz do princípio da proporcionalidade, de multas tributárias de natureza moratória, cujo escopo, como visto, é o de reprimir a mera impontualidade no pagamento do crédito tributário.

Até porque, em sede de ICMS, é extremamente difícil, no plano concreto, cogitar de multa com efeito confiscatório.

Isso porque as multas – mesmo a maior delas (a de 200%) – são calculadas com base no imposto devido, que por sua vez é calculado com base em alíquota percentual (geralmente 17%).

Logo, mesmo a mais pesada das multas não terá aptidão para absorver o valor da operação tributável (muito embora certamente a torne deficitária).

Feitas essas considerações de ordem geral, saliento que, no caso destes autos, está-se a discutir acerca de multa por infração à lei tributária (multa de caráter penal, portanto), e não de multa moratória.

A propósito, eis a descrição da infração atribuída ao contribuinte executado, bem assim o fundamento legal para a aplicação da multa questionada:

“OMISSÕES DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS POR MEIO DE LEVANTAMENTO FISCAL, INCLUSIVE DO QUANTITATIVO DE ESTOQUE” Fl. 18.

“MULTA: ARTIGO 10, VI (...), DA LEI 11.514 DE 29/12/1997.” Fl. 18.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Confira-se o teor do dispositivo suso referenciado:

“Art. 10. O descumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, instituídas na legislação do ICMS, sujeita o infrator às seguintes multas:

(...)

VI – quanto ao imposto apurado nas seguintes hipóteses:

(...)

i) falta de recolhimento do imposto, em razão do não-registro de documentos fiscais nos livros fiscais próprios, apurando-se a prática de atos fraudulentos, tais como suprimimento de caixa de origem não comprovada, saldo credor de caixa, passivo fictício ou inexistente, recebimentos ou pagamentos não contabilizados, ou por qualquer outra forma apurada através de análise da escrita contábil, ou, ainda, **quaisquer outras omissões de receitas tributárias constatadas por meio de levantamento fiscal, inclusive do quantitativo de estoque - 200% (duzentos por cento) do valor do imposto; (...)**”

Assim, constatada – mediante a lavratura de auto de infração – a grave omissão tipificada na legislação de regência, não visualizo, com a aplicação da multa em tela, ofensa ao disposto no art. 150, IV, da Constituição Federal.

Por todo o exposto, **dou provimento ao agravo**, em ordem a restabelecer a exigibilidade da multa punitiva aplicada no percentual de 200% (duzentos por cento), incidente sobre o débito base objeto da CDA nº 4147/11-1 (originado do Processo Administrativo nº 201000000161082539), que se vê, por cópia, à fl. 18.

É como voto.

Recife, 21 de *março* de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



99
P

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 21.03.2013
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 272715-9 - ARCOVERDE
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO: ALLAN DE GÓIS SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

RELATÓRIO ÀS FLS. 88/89 DOS AUTOS.

ADVOGADO PEDRO MELCHIOR DE MELO BARROS – OAB/PE 21802
(PELA ALLAN GOES SILVA M.E)

Só queria consignar que a decisão do juiz da Primeira Vara Cível de Arcoverde foi com base num precedente de Vossa Excelência tomado pela Oitava Câmara Cível, que reduzira a multa de duzentos para vinte por cento.

No caso, o magistrado reduziu a trinta por cento, e o que se quer é a manutenção dessa decisão de origem, nos termos do entendimento de Vossa Excelência e do desembargador José Ivo.

Muito obrigado.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (RELATOR)

Pronto, senhor Presidente, eu fico sempre vencido, por isso que eu nem trouxe o acórdão. Trouxe para julgar, e o acórdão será lavrado pelo desembargador José Ivo.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Excelência, eu também concordo com o desembargador Bandeira nesse ponto de que por maioria de votos existe uma decisão da diminuição da multa a ser aplicada.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO (RELATOR)

Então, por maioria de votos, negar-se-á o Agravo de Instrumento, vencido o relator.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

É, quando eu for fazer o acórdão eu colocarei o voto escrito.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

O meu entendimento é nesse mesmo sentido. O colégio do Segundo Grupo de Câmaras de Direito Público também assim o entendeu, por maioria de votos, foi vencido o desembargador Bandeira de Mello, de que pouco importa se a multa é moratória ou multa punitiva, há um verdadeiro confisco quando se imputa às vezes um valor superior ao débito a título de multa fiscal.

Então eu tenho esse mesmo entendimento e peço vênia ao desembargador Bandeira de Mello, que já compreende o nosso posicionamento, para acompanhar a dissidência, negando provimento.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DESEMBARGADOR JOSÉ IVO".
